



SESSÃO - 04

9. OS TESTEMUNHOS LATINOAMERICANOS E O PROJETO UTÓPICO DA HISTÓRIA ORAL NO BRASIL: CULTURA INTELLECTUAL, MILITÂNCIA E POPULISMO

*Ricardo Santhiago**

Resumo

Testemunhas que escrevem lidam com conflitos que preocupam menos as testemunhas orais: o dever de narrar e a assunção da autoridade narrativa são diluídos frente à demanda de um pesquisador; a exigência da lembrança e a necessidade do esquecimento redefinem-se com a autoridade compartilhada; a transferência de responsabilidades minimiza o temor de seus efeitos. Na América Latina, o êxito na confecção e difusão dos testemunhos orais, como o de Rigoberta Menchú, considerado narrativa contra-hegemônica, acresceu à história oral feições militantes e ativistas. Dentro da cultura intelectual universitária, contudo, as justificações e os propósitos destes testemunhos são por vezes deformados com vistas a ajustamentos institucionais, teóricos ou epistemológicos. Mas quais as formas que a história oral política e instrumental assume no Brasil? Seu projeto utópico é adequado aos cânones universitários ou exige abordagens autônomas?

Palavras-chave: História oral; testemunhos; estudos utópicos; cultura intelectual

Resumen

Los testigos que escriben frente a los conflictos que afectan a menos que los testigos orales: el deber de narrar y de asumir la autoridad narrativa se diluyen para satisfacer la demanda de un investigador, la obligación de recordar y olvidar la necesidad de redefinir con autoridad compartida, la transferencia de responsabilidades minimiza el temor de sus efectos. En América Latina, el éxito en la producción y difusión de testimonios orales, como la de Rigoberta Menchú, considerada la narrativa contra-hegemónica, sumado a los militantes características de la historia oral y activistas. Dentro de la cultura intelectual de la universidad, sin embargo, las justificaciones y los propósitos de estos testimonios son a veces distorsionada con el fin de realizar ajustes en institucional, teórico o epistemológico. ¿Pero qué forma la historia oral de la vida política e instrumental adquiere Brasil? Su proyecto utópico se adapta a los cánones o la universidad requiere de enfoques autónoma?

Palabras clave: La historia oral; los testigos; los estudios utópicos; la cultura intelectual

* Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004), especialista em Jornalismo Científico com pós-graduação no LabJor/Unicamp (2006), mestre (2009) e doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, onde desenvolve tese sobre as ideias em história oral no Brasil, com bolsa concedida pela FAPESP. E-mail para contato: rsanthiago@usp.br



Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

História oral, entrevista, testemunho

Muito já se falou sobre as fronteiras e os avizinhamentos entre os testemunhos de proveniência oral e as entrevistas resultantes dos trabalhos de história oral. Trata-se, efetivamente, de coisas diferentes: em termos de processos, resultados, gêneros. Contudo, lidam com a voz viva; com o relato de experiências pessoais; possuem trajetórias paralelas; têm influências cruzadas; muitas vezes, têm também pressupostos e objetivos (políticos ou não) comuns. Falemos, primeiramente, de encontros em percursos.

Embora tanto no mundo (tendo os Estados Unidos como referência, graças ao pioneirismo de Allan Nevins) como no Brasil a origem comumente reputada da história oral seja de escritórios e arquivos, geralmente voltados para a história das elites – o Oral History Research Office e o Programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, respectivamente –, boa parte da expansão da história oral se deveu à vertente voltada àquilo que se chamou de “história dos vencidos”, “história das minorias”, “história dos excluídos”, “história dos que não têm história”, “história dos que não têm voz”, entre outras expressões.

Tais vertentes, que não encontraram lugar na história da história oral por

assim dizer oficial e hegemônica, adotaram os testemunhos e a herança etnológica como sustentáculos genéticos. O livro *Os filhos de Sánchez*, de Oscar Lewis, lançado em 1961 e identificado com os métodos antropológicos, adquiriu papel modelar nos anos 1960: apresenta a história de uma família pobre, do México, a partir dos relatos de seus integrantes. Para o autor, “este método dá-nos uma visão cumulativa, multifacetada, panorâmica de cada indivíduo, da família como um todo, e de muitos aspectos da vida da classe baixa mexicana” (1970, p. 11). Uma revisão mais detida da história da história oral no mundo pode ser encontrada em um sem-número de artigos; o que importa, por ora, é lembrar que a tradição dos testemunhos latinoamericanos ofereceu um “passado” a uma história oral com vocações políticas: a assim chamada “história oral militante”.

Sem dúvida, a adesão (ou alusão) a esses testemunhos, amplamente difundidos internacionalmente, festejados como manifestações exemplares de indivíduos e grupos oprimidos, ajudou a amparar uma das posturas da história oral no Brasil: o projeto utópico de “dar voz” aos que, supostamente, “não têm voz”. Evidentemente esta não é uma prerrogativa da história oral no Brasil; não é, também, característica de toda a produção brasileira de história oral no país.





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

Histórias orais e suas utopias

Então, de que história oral se fala? Dividida em disciplinas, tendências e grupos de pesquisa, a história oral de uns e de outros distingue-se também por sua “missão”. Alguns de seus ramos, nessa direção, propõe a si próprias a “missão” de atuar politicamente; isto é, investem uma metodologia que é – em princípio e por natureza – neutra de um projeto utópico. Uma das obras que melhor sintetiza essa “missão” é o livro bem conhecido de Paul Thompson, *A voz do passado*, em que o autor britânico afirma que a história oral

Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 1992, p. 44)

O livro mencionado é, sem dúvida, um dos que tiveram maior circulação

e impacto internacional. No Brasil, tal utopia toma corpo de distintas maneiras e em trabalhos de diferentes autores. Dentre outros possíveis, utilizarei nesta ocasião os trabalhos de Yara Dulce Bandeira de Ataíde, que parecem interessantes para a discussão a ser desenvolvida.

Em seu livro *Decifra-me ou devoro-te: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador* (1995), Ataíde relata que, após sentir-se incomodada com as situações de vida dos “meninos de rua” que via diariamente, “nosso interesse pessoal, social e científico centrou-se inteiramente nessa área” (p. 19). Depois de maior aproximação ao tema (com leitura de bibliografia a respeito, pesquisas em jornais e discussões, além da participação em eventos), “consolidava-se nossa opinião de que as crianças e os adolescentes carentes e marginalizados precisavam ser ouvidos” (p. 20).

Considerando tais “meninos marginalizados” (p. 19), tais “grupos desprotegidos e imaturos” (p. 21), como um “grupo silenciado” (p. 23) (“grupo silenciado” com aspas no original) – no prefácio, Meihy os classifica como um dos grupos “sem histórias” (p. 11), “calados em sem vozes” (p. 12) –, a autora descreve sua empresa:

o principal desafio desta pesquisa foi a utilização das técnicas de história oral, com o objetivo de dar voz a este segmento social, buscando-se ultrapassar as dificuldades





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

do relacionamento interpessoal por parte dos entrevistados, ao mesmo tempo em que se tornou necessário, também, superar os condicionamentos sociais tanto dos entrevistadores quanto dos entrevistados (MEIHY, 1996, p. 23).

Diz Ataíde que foram utilizados os “procedimentos coerentes com a proposta inicial de dar voz aos chamados ‘meninos de rua’, com o objetivo de tornar seu discurso uma história pública” (p. 23). Preocupada em “captar as formas de ver, sentir e agir desses meninos na sua realidade cotidiana” (p. 23), em entrevistas dirigidas nas quais “os entrevistados eram postos inteiramente à vontade” (p. 26). Ao mesmo tempo, a autora afirma que “o contato contínuo e os vários diálogos de preparação permitiram verificar a sinceridade de suas palavras, bem como o cruzamento de certas informações fornecidas por diferentes entrevistados” (p. 26).

A autora diz ainda que as 18 entrevistas publicadas foram escolhidas por serem “mais representativas, pela maior quantidade de informação e pela densidade” (p. 33), e que, a esta coletânea, “acrescentaríamos (...), através de comentários e dados quantitativos, as conclusões processadas de todo o material” (p. 159). Diante de “testemunhos emocionantes e contundentes” (p. 165), que mostraram “facetas manifestas ou ocultas surpreendentes” (p. 160); resultados da busca de, “por todos os meios,

dar condições ao depoente para falar sobre suas experiências, ideias e relações pessoais ou sociais ligadas ao seu universo real, imaginário e simbólico” (p. 189-90), Ataíde reforça seu objetivo primeiro, sintetizado na citação de Meihy:

“O entendimento do papel da cultura acadêmica dentro de interesses sociais imediatos implica uma tomada de posição sobre o sentido do conhecimento e da história enquanto mediadora da reflexão contemporânea” (MEIHY apud ATAÍDE, 1995, pp. 27-28).

Na última seção do livro, Ataíde repete: “Esta pesquisa pretendeu ampliar o debate e cumprir o compromisso assumido com esses meninos de dar-lhes voz e mediar o seu grito de socorro” (p. 195). Em seguida, oferece seu veredito à cultura intelectual que critica:

Ou a sociedade assume o coerente papel de usar o conhecimento e o saber para buscar uma autêntica transformação social, para lutar por um país saneado das suas desigualdades, para criar uma comunidade mais fraterna e humana, ou de nada valerá o conhecimento dos nossos cientistas sociais, e eles poderão, cabisbaixos e envergonhados, questionar a validade e a utilidade dos seus diplomas, símbolos inúteis do saber, perdidos no fundo do poço do caos social, juntamente com as suas desesperanças e as nossas frustrações (MEIHY apud ATAÍDE, 1995, p. 195).

Isto é: para a autora, aquele conhecimento produzido por cientistas sociais que não tem como objetivo claro a transformação social não tem valor. En-





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

tão é em função de compromissos políticos que se avalia o valor do conhecimento? Meihy, que no prefácio deste mesmo livro fala de um “saber anacrônico e alienado, arrogante e apodrecido”; de uma “letargia acadêmica que se apossa da inteligência nacional que somente consegue vê-los [os meninos de rua] como perigosos, violentos, problemáticos e, o que é pior, sem solução”; de “métodos falidos de investigação e sem capacidade criadora”, parece concordar, pelo menos no caso da história oral – e lamenta ainda que “este recurso (...) [a história oral] tem infelizmente de dialogar com as formas e temas ‘clássicos’ nas fileiras dos estudos ‘prestigiados’ pelas linhas mais conservadoras da militância intelectual instalada entre nós” (p. 12).

Comentando outro livro de Ataíde, *Clamor do Presente: História oral de famílias em busca pela cidadania*, publicado em 2002, Meihy a classifica como “uma pessoa que assume, por meio do uso sistemático e instruído da história oral, algumas das obrigações de acadêmicos que percebem a necessidade de olhar para o Brasil com olhos atentos às suas necessidades”. Depois, afirma que “a visita proposta em *Clamor do Presente* é um grito de dor. De dor tão profunda que chega a convocar de volta à militância” (Meihy, 2002, p. 14), para em seguida concluir que “o intelectual agora tem outros compromissos. Yara é mostra do papel mediador que temos de assumir

como porta-vozes de um amanhã que se fará. Sim” (p. 15).

Mas não há outro espaço entre um conjunto de “alienação”, “anacronismo”, “arrogância” e “podridão”, e outro conjunto de inflexibilidade e militância extremada? Pergunta-se se entre a “letargia” e o uso a história oral “como instrumento capaz de dar voz aos silenciados e excluídos” (Ataíde, 2001, p. 72) não podem se abrigar posições intermediárias, como a de Lang, Campos e Demartini (1998): Nossa preocupação primeira é o conhecimento da realidade, muito embora os resultados da pesquisa visem trazer subsídios para ação (p. 11); “[trata-se de], por meio da análise e da interpretação, oferecer subsídios para uma ação racional e coerente” (p. 10)

Porém, dentre os “compromissos” e “obrigações” do historiador oral nem sempre parece estar a apreciação das entrevistas que recolhe. Ataíde, nos dois livros citados, desenvolve reflexões sobre as narrativas em capítulos conclusivos. Numa escala de valores, porém, Meihy parece atribuir a estas menor valor:

Por certo a sensibilização buscada na construção de um discurso convincente é pleonástica. Não bastariam as histórias?, pergunta-se. Não seriam suficientes as patéticas narrativas? Elas não falariam por si? (...) Estas histórias precisariam ser mais explícitas? (ATAÍDE, 1995, p. 15-6).

Nas conclusões do livro *Vozes da*





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

Marcha pela Terra, lê-se também: “sendo legítimo que as histórias dos *trabalhadores sem-terra* se dizem por si, sem a necessidade de explicações complementares, vale assinalar o que se segue como um esforço mais atento a ouvir e compreender do que a explicar. (...) Se fazemos esta reflexão, é para organizar a recepção das mensagens por grupos despreparados para ouvi-las” (SANTOS; RIBEIRO; MEIHY, 1998, pp. 241-242).

Mas será que reconhecer as limitações, os problemas e a parcialidade da interpretação não é suficiente? É mesmo necessário calar-se (ou diminuir-se) diante da voz viva? Alessandro Portelli já escreveu que “a interpretação sempre é parte de uma relação de poder: interpretar é uma coisa; ser interpretado é outra” (2007, p. 417) – então, dispensar o posicionamento diante de narrativas (ou, pior ainda, posicionar-se e desautorizar-se, a um tempo, louvando a autoridade do outro e aniquilando a sua própria, que ao longo de meses ou anos envolveu-se num projeto) serve como recurso para reforçar o desejo de apagar a hierarquização em projetos de história oral? Isto é, além da sujeição à política, o elogio ao silêncio do eu-com-voz e o louvor à palavra do outro-sem-voz é também distintivo do que vale e do que não vale como conhecimento “útil”?

Mesmo colocações mais equilibradas nos conduzem a questionamentos

– é o caso da feita por Fonseca (1997), em seu livro *Ser professor do Brasil: História oral de vida*:

Na terceira e última parte, apresento uma análise dos documentos produzidos (...). Essa reflexão é uma das possibilidades de interpretação das narrativas. Concordo com a concepção sustentada por autores que afirmam que a interpretação está presente em todas as etapas do trabalho de história oral e, portanto, a análise posterior dos documentos pode ou não ocorrer. Entretanto, coerentemente com os objetivos e os compromissos dessa pesquisa, apresento uma análise sobre algumas das dimensões do que é ser professor na educação brasileira, no passado e no presente (FONSECA, 1997, p. 16)

Embora a autora coloque-se a interpretar os documentos, ela afirma a dispensabilidade dessa interpretação. Mas fazer isso lançando mão do argumento de que todas as etapas da confecção de um projeto de história oral são interpretativas não é suficiente: não porque não o sejam; mas porque, se levarmos essa asserção às últimas conseqüências, entenderemos que o trabalho de selecionar fontes, ouvir e perguntar, estabelecer e compor o texto final de um projeto de história oral é equivalente ao de qualquer outro projeto. Ou a organização de dossiês, por exemplo, desde a seleção do tema até as “perguntas” que orientam sua composição, não são interpretativas nesse sentido sublinear? São; mas, se se cobra de pesquisadores acadêmicos que se manifestem em relação às suas fontes – as critiquem, as organizem, as inscrevam em uma nar-





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

rativa autoral – precisamos de outros argumentos para sustentar que, no caso de entrevistas, isso não seja necessário. Sob outra formulação, pergunta-se: quem assume a autoridade sobre o trabalho de história oral? Quais riscos se corre – e quais não se quer correr – diante da narrativa oral, da “fonte oral [que] sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (BOSI, 2004, p. 20)?

Conquanto essas questões devam continuar sendo discutidas, talvez a observação do trajeto dos testemunhos possa ser, de alguma maneira, instrutiva.

Os testemunhos entre o saber e a política

Dignificar a memória e o testemunho são uma coisa; sacralizá-lo, outra. Adotar uma postura ética na confecção de trabalhos de história oral e crer que a imobilidade diante do relato do outro é integrante desta postura são, também, coisas diferentes. Coloca-se em cheque, então, a postura do silêncio.

No texto *Whose truth? Iconicity and accuracy in the world of testimonial literature*, Patai (2006) oferece um panorama bastante controverso no que diz respeito à recepção do testemunho de Rigoberta Menchú nos Estados Unidos, e as relações entretidas por ele com a cultura intelectual do país. À “sacraliza-

ção” do texto de Rigoberta, considerado “intocável” e, por isso, intocado, repete comportamentos tidos, dentro do ambiente acadêmico e da cultura intelectual brasileira, em relação a certos textos de história oral. Decerto, de forma geral, os trajetos dos testemunhos latinoamericanos e de sua recepção dentro dos círculos universitários levam a pensar sobre uma série de questões atinentes a esta história oral que se propõe politizada.

O espaço acadêmico é um espaço para a política? Quais os resultados da projeção da política sobre o conhecimento? Será que o esforço de legitimação política da história oral não iria de encontro a o esforço de legitimação universitária – porque, então, não se quer primordialmente responder problemas de pesquisa, mas agir (mesmo que essa ação se dê apenas no plano do discurso)? E mais: ao se propor que a história oral seja uma metodologia instrumental, coloca-se um problema: uma metodologia não deveria ser neutra? Se deseja realizar plenamente seu projeto utópico – pensa-se – a história oral que se pretende empenhada não pode se furtar a responder essas perguntas. Isso tem sido feito, de forma mais ou menos discreta, nos trabalhos dos autores aqui citados, entre outros. Voltaremos a eles.





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

Referências bibliográficas

ATAÍDE, Y. D. B. *Clamor do presente: História oral de famílias em busca da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Da transgressão à conversão: História oral de vida de presidiários de Salvador* in: MONTENEGRO, A. T.; FERNANDES, T. M. (org.) *História oral: Um espaço plural*. Recife: UFPE, 2001, pp. 71-77.

_____. *Decifra-me ou devoro-te: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. 2ª edição, São Paulo: Loyola, 1995.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. 2ª edição, Cotia: Ateliê, 2004.

LANG, A. B. S. G.; CAMPOS, M. C. S. S. ;. DEMARTINI, Z. B. F. *História oral e pesquisa sociológica: A experiência do CERU*. São Paulo: Humanitas, 1998.

LEWIS, O. *Os filhos de Sánchez*. Trad. de M. Cardoso. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Manual de história oral*. 2ª edição, São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *Prefácio* in: ATAÍDE, Y. D. B. *Clamor do presente: História oral de famílias em busca da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2002.

PORTELLI, A. *Storie orali: Racconto, immaginazione, dialogo*. Roma: Donzelli, 2007.

SANTOS, A. P.; RIBEIRO, S. L. S.; MEIHY, J. C. S. B. *Vozes da marcha pela terra*. São Paulo: Loyola, 1998.

FONSECA, S. G. *Ser professor no Brasil:*

História oral de vida. Campinas: Papirus, 1997.

FREITAS, S. M. *A história da história oral* in: *História oral: Possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002, pp. 27-38.

THOMPSON, P. *A voz do passado: História oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

TREBITSCH, M. *A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea* in: FERREIRA, M. M. (org.) *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, pp. 19-43.

